

Tudo depende da ministra

BRASÍLIA — A concretização da conversão da dívida externa em projetos de preservação ambientais só depende, agora, da ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, que recebeu no início do mês, das mãos do secretário-geral da Presidência da República, embaixador Marcos Coimbra, exposição de motivos do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, propondo a criação de um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Economia para estabelecer os critérios e mecanismos necessários para que a conversão da dívida externa seja possível.

“Temos que ter esses mecanismos definidos e fazer um cronograma de desembolso em função de projetos concretos e viáveis”, afirma a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), socióloga Tânia Munhoz. “Vamos procurar viabilizar projetos de preservação ambiental nos associando e apoiando entidades ambientalistas não-governamentais”, emendou. Amplamente favorável a conversão de parte da dívida externa em projetos de preservação do meio ambiente, Tânia Munhoz garante que o xenofobismo que existia em governos anteriores contra esse tipo de conversão não existe no governo atual.

“No pantanal mato-grossense, o presidente Fernando Collor deu o sinal verde que nós esperávamos para deslanchar esse tipo de conversão, que vai beneficiar o meio ambiente no Brasil”, diz Tânia Munhoz, revelando que o Brasil hoje possui mais de uma dezena de unidades de conservação ambiental que ainda não tiveram suas áreas de terra desapropriadas. Os últimos cálculos feitos por técnicos do Ibama mostraram que apenas para desapropriar áreas de parques nacionais, estações ecológicas, reservas biológicas e florestas nacionais seriam necessários cerca de Cr\$ 3 bilhões. “Não temos recursos orçamentários para bancar essas desapropriações, que poderão ser feitas com recursos oriundos da conversão da dívida externa brasileira”, acredita a presidenta do Ibama.

Terras indígenas — O processo de conversão da dívida externa poderá beneficiar também os 220 mil índios brasileiros. O presidente Fernando Collor, em seu pronunciamento no Dia Mundial do Meio Ambiente, no Pantanal, destacou que uma das prioridades de seu governo será cumprir a norma constitucional que estabelece a demarcação de todas as áreas indígenas do Brasil até 1993. Essa demarcação, que também exigirá a alocação de um volume considerável de recursos, poderá ser feita com recursos da conversão da dívida externa. “Os índios sempre foram e serão os guardiões de nossas florestas”, afirma Tânia Munhoz.

Tânia Munhoz reconhece que, hoje, as entidades não governamentais ligadas à questão ecológica e o próprio Ibama não têm capacidade de gerenciar recursos vultosos. “Não teríamos como gastar em projetos ambientais um terço da dívida externa brasileira (mais de US\$ 30 bilhões)”, garante a presidenta do Ibama. Ela acredita que o Ministério da Economia está muito interessado em criar os mecanismos de conversão da dívida externa em projetos ambientais. “Há consenso: tanto os órgãos governamentais como os não-governamentais ligados a questão ambiental são favoráveis à conversão, que será benéfica para o país”, concluiu Tânia Munhoz. (R B)